

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

A fonte legislativa primordial do direito tributário brasileiro é a parte da Constituição da República que cuida do sistema tributário nacional. Além disso, existem as leis complementares, às quais cabe regular, privativamente, matérias elencadas na Constituição da República que dizem respeito à tributação, sem excluir as constituições dos estados e as leis orgânicas dos municípios, que podem conter disposições tributárias. Compete à lei criar os impostos, detalhar as hipóteses de incidência, alíquotas, sujeitos passivos, lançamentos etc.

Considerando o texto acima e com base no princípio da legalidade e da competência tributária, julgue os itens abaixo.

- ❶ Para a determinação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), a fixação de valor venal presumido do imóvel, levando-se em consideração, para terrenos e construções, o metro quadrado e o excedente da correção monetária relativa ao exercício anterior, pode ser efetivada por decreto do Poder Executivo.
- ❷ A alteração da data de recolhimento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) mediante decreto estadual não ofende o princípio constitucional da legalidade.
- ❸ A constituição estadual, utilizando-se de seu poder regulamentar, poderá delegar ao Executivo poderes para conceder anistia a dívidas tributárias, respeitadas as condições especiais de dificuldades financeiras.
- ❹ Medida provisória com força de lei é legítima para instituir tributo, excetuando-se apenas o imposto sobre produtos industrializados (IPI), o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros e o imposto sobre exportação. Entretanto, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia do exercício em que foi editada.
- ❺ A Emenda Constitucional n.º 3/1993 reintegrou ao sistema tributário nacional o instituto da substituição tributária do ICMS, sendo legítimo aos estados e ao Distrito Federal, antes de editada lei complementar, celebrar convênio para harmonizar os procedimentos a serem adotados pelas unidades federadas com referência às normas atinentes à substituição tributária, ainda que a decisão não seja unânime dos estados representados.

QUESTÃO 42

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (art. 182, da Constituição da República).

Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte (art. 145, parágrafo 1.º da Constituição da República).

Considerando a interpretação sistemática que é feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dos dispositivos referentes a impostos constantes na Constituição da República, julgue os itens a seguir.

- ❶ O IPTU é um imposto real, porque tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, sem levar em conta a pessoa do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor.
- ❷ A progressividade do IPTU não poderá ser admitida se for destinado a cumprir a função social da propriedade.
- ❸ Tendo em vista a Emenda Constitucional n.º 29/2000, a progressividade que se admite do IPTU é apenas em razão do valor, localização e uso do imóvel, sendo inadmitida a progressividade no tempo.
- ❹ O caráter real do IPTU, que alguns doutrinadores entendem incompatível com a progressividade, é reforçado pelo art. 130 do Código Tributário Nacional (CTN), que, aproximando o tributo de uma obrigação *ob* ou *propter rem*, informa que a responsabilidade decorrente do pagamento do tributo sub-roga-se na pessoa do adquirente.
- ❺ O princípio da extrafiscalidade do tributo consiste na destinação do produto da arrecadação de determinada taxa ou imposto a entidades ou atividades filantrópicas sociais.

QUESTÃO 43

No que se refere às taxas, julgue os itens seguintes.

1 Considere a seguinte situação.

Um município criou uma taxa de conservação de estrada tendo por base de cálculo o valor do hectare na sua área rural em face dos custos dos serviços prestados a todas as estradas municipais.

Nessa situação, é correto afirmar que a taxa criada pelo município é inconstitucional por ter base de cálculo própria de imposto de criação privativa da União.

2 Considere a seguinte situação.

Um estado da Federação criou uma taxa de segurança pública visando permitir ao particular utilizar-se dos serviços públicos de policiamento, para dar proteção a um evento com fins lucrativos.

Nessa situação, é plenamente possível a cobrança da taxa porque, à luz do conceito legal, o policiamento preventivo em prol da comunidade, provocado por particulares, para a promoção de eventos com fins lucrativos, é um perfeito exemplo de exercício de poder de polícia.

3 A taxa de lixo domiciliar que, entre outros elementos, toma por base de cálculo o metro quadrado do imóvel, preenche os requisitos da constitucionalidade, atendidos os princípios da isonomia tributária e da capacidade contributiva, ainda que o IPTU considere como um dos elementos para fixação de sua base de cálculo a metragem da área construída.

4 A taxa de fiscalização ambiental, instituída pela Lei n.º 9.960/2000 — que definiu como fato gerador as atividades das pessoas físicas e jurídicas potencialmente poluidoras e(ou) a extração, a produção, o transporte e a comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e da flora — preenche o requisito legal para sua instituição, já que tem como fato gerador um serviço prestado ou posto à disposição do contribuinte pela União.

5 A taxa judiciária e as custas — espécies tributáveis, classificadas como taxas, resultantes da prestação de serviço público específico e divisível — têm como base de cálculo o custo da atividade estatal referida diretamente ao contribuinte.

QUESTÃO 44

Em um estado da Federação, uma lei estadual estabeleceu, para o imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI), as regras a seguir.

Art. 89. O imposto será cobrado antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento, público ou particular, que configurar a obrigação de pagá-lo, com exceção dos casos adiante especificados, cujos prazos para pagamento são os seguintes:

VII – na compra e venda e na cessão de direitos aquisitivos, precedidos de promessa, dentro de noventa dias a contar da assinatura do respectivo instrumento de promessa.

Acerca da norma acima, julgue os itens que se seguem.

1 A referida norma não erigiu a promessa de venda como fato gerador do imposto de transmissão, mas apenas instituiu uma antecipação do recolhimento do imposto, transformando-se em pagamento efetivo por ocasião da escritura definitiva, sendo, por isso, lícita sua cobrança.

2 A lei estadual é livre para fixar o momento em que o ITBI deve ser liquidado, inclusive antes da ocorrência do fato gerador, sendo legítima a norma referida acima desde que, caso o fato gerador não ocorra, haja previsão de imediata devolução do valor pago pelo contribuinte.

3 A norma acima citada é legítima, porquanto não pode ser concedido ao exclusivo arbítrio do contribuinte a determinação do tempo para cumprimento da obrigação tributária.

4 Sempre que perfeitamente identificável o comprador, o vendedor, o bem objeto da operação imobiliária, o preço e o pagamento ocorre o fato gerador do ITBI, podendo ser efetivada sua cobrança.

5 Sendo a norma de direito privado utilizado para fixação de fatos geradores, a definição, o conteúdo e o alcance de institutos e conceitos de direito privado têm plena aplicação, sendo vedado à lei tributária alterá-los.

QUESTÃO 45

A legislação paulista estabeleceu que, em período de inflação alta, o débito do ICMS decorrente do princípio da não-cumulatividade deverá ser corrigido monetariamente, silenciando quanto ao crédito, sendo duramente criticada por juristas e decisões judiciais, até o julgamento pelo STF, que o pacificou. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

1 O crédito do ICMS tem natureza meramente contábil, razão pela qual não se pode pretender a aplicação da correção monetária.

2 A lei paulista fere o princípio constitucional da não-cumulatividade, prevendo correção monetária de débito tributário constituído e a não-atualização do crédito.

3 Relativamente ao ICMS, o contribuinte que apurou, ao término do mês, não ter débito a recolher e sim crédito a ser transportado, não podendo comparecer à fazenda pública e pedir a devolução do tributo excedente, deve efetuar o lançamento no mês seguinte, devidamente corrigido, face o princípio da isonomia.

4 A omissão quanto à correção monetária dos créditos a serem transportados para o mês seguinte evidencia um locupletamento indevido por parte do Estado, já que não emprega a mesma diligência adotada na cobrança dos tributos a serem recolhidos em seu favor.

5 O Poder Judiciário poderá autorizar, mediante ação própria, o aproveitamento da correção monetária dos créditos, já que os demais estados da Federação concedem tal possibilidade.

QUESTÃO 46

Com referência à imunidade tributária, julgue os itens subsequentes.

1 A exigência fiscal de cobrança de ICMS sobre bens produzidos e fabricados por entidade assistencial, não ofende a imunidade tributária que é assegurada a essa instituição pela Constituição da República, visto repercutir o referido ônus, economicamente no contribuinte, uma vez que o tributo se acha embutido no preço do bem adquirido.

2 Sendo reconhecido que determinada atividade agroindustrial é imune à tributação, o eventual resultado de sua comercialização não está abrangido pelo benefício constitucional.

3 No que tange ao patrimônio, rendas e serviços de entidade assistencial, as imunidades previstas na Constituição da República têm em consideração o fato de tais entidades exercerem função que é própria do Poder Público e cuja realização se faz necessária justamente para suprir as deficiências da atuação estatal perante a comunidade. Daí, não há como tributar simples atividades de consecução de objetivos filantrópicos, cujas receitas de produtos, embora comercializados, acabam sendo utilizados em prol de finalidade assistenciais.

4 A imunidade concedida constitucionalmente às entidades sem fins lucrativos é restrita aos impostos que, no Código Tributário Nacional (CTN) são classificados como impostos sobre o patrimônio e a renda, o que não inclui o ICMS, o IPI e o imposto sobre operações financeiras (IOF), classificados pelo código como impostos sobre a produção.

5 Entidade assistencial, imune, que, sem recolher o correspondente ICMS, impetra mandado de segurança para assegurar desembaraço aduaneiro de computadores e acessórios, destinados ao seu ativo imobilizado, deve ter sua pretensão deferida.

QUESTÃO 47

Julgue os itens que se seguem.

1 Por várias vezes, o STF reformou decisão de tribunais superiores, informando que o ICMS não incide na importação de mercadoria, quando se tratar de importação realizada por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte de tal imposto. Entretanto, por meio de emenda constitucional, tal cobrança passou a ser possível.

2 Não fere a Constituição da República legislação estadual que majore o ICMS, destinando o percentual acrescido ao aumento de capital de caixa para financiamento de programa habitacional.

3 O recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) deve dar-se com o efetivo recebimento do valor do serviço prestado, ferindo os princípios constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária a cobrança enquanto o valor não for efetivamente recebido, já que o ônus financeiro do tributo recairá sobre o prestador do serviço, o que vai contra a natureza jurídica do ISS, que é imposto indireto.

4 O STF entendeu ser devido o imposto de renda (IR) na atuação de sociedades comerciais organizadas para prática de tráfico de substâncias entorpecentes. Tal entendimento considera que a definição do fato gerador é interpretada, abstraindo-se a validade jurídica dos atos praticados pelos responsáveis tributários.

5 Antes de ser corolário do princípio da moralidade, a exoneração tributária dos resultados econômicos de fato criminoso constitui violação ao princípio da isonomia fiscal, de manifesta inspiração ética e da própria legalidade, como sustentado pelo STF.

QUESTÃO 48

Considerando as alterações introduzidas no CTN pela lei complementar n.º 104/2001, julgue os itens abaixo, referentes ao parcelamento do crédito tributário.

1 O parcelamento do crédito tributário, por não ser matéria prevista como objeto a ser tratado por lei complementar, conforme prevê a Constituição da República, poderá ser disciplinado nos estados da Federação, no Distrito Federal e nos municípios sem obedecer aos ditames da lei complementar n.º 104/2001, pois tal regulamentação é inconstitucional em virtude do princípio federativo.

2 O parcelamento do crédito tributário foi instituído por lei complementar como norma geral, o que demonstra que os estados da Federação continuam com a competência concorrente no que se refere à matéria tributária.

3 A consequência do parcelamento do crédito tributário é a suspensão da obrigação tributária. Por esse motivo, a lei complementar n.º 104/2001 é plenamente válida, dado que atende ao dispositivo constitucional que determina que a norma geral sobre obrigação tributária seja veiculada por lei complementar.

4 O parcelamento do crédito tributário suspende a execução fiscal na vara da fazenda pública, mas pode o contribuinte ser processado por crime contra a ordem tributária.

5 Aplicam-se, subsidiariamente ao parcelamento, as normas sobre moratória previstas no CTN, sendo que qualquer matéria envolvendo tal tópico deve ser objeto de regulamentação como norma geral por meio de lei complementar, dado que cuidará de crédito tributário.

QUESTÃO 49

A respeito das normas que regem os acordos internacionais em matéria tributária, julgue os itens a seguir.

1 Uma tal norma entra em vigor internamente somente após ratificado o acordo internacional pelo Congresso Nacional, mediante depósito do respectivo instrumento.

2 Um acordo internacional, após devidamente internalizado no Brasil, ganha *status* de norma constitucional, conforme entendimento pacífico do STF.

3 A entrada em vigor de lei tratando de forma conflitante a mesma matéria tributária prevista em cláusula anterior de acordo internacional, devidamente internalizado no sistema jurídico, causa, segundo o STF, a revogação interna e externa do acordo.

4 Em matéria tributária, o STF pacificou o entendimento de que um acordo ou tratado internacional prevalece sobre as normas internas pela aplicação do critério cronológico (*lex posterior derogat priori*) ou pelo critério da especialidade.

5 A dupla tributação sobre um mesmo contribuinte do imposto de renda (IR) pessoa física no Brasil e em outra nação pode ser solucionada por meio de acordo internacional.

QUESTÃO 50

Julgue os itens seguintes.

- ❶ O *drawback* consiste em uma forma de restituição, suspensão ou isenção do pagamento dos tributos incidentes somente sobre a importação.
- ❷ Uma situação em que se configura um *dumping* é quando um país se vê invadido por mercadorias de outro a preço vil, isto é, abaixo do custo da produção ou abaixo do preço do local de origem, na mesma época e em iguais condições, com o objetivo de destruir a concorrência.
- ❸ A cláusula que impõe a um país signatário de acordo internacional estender ao outro acordante incentivos ao comércio exterior não previstos e concedidos a terceiro país chama-se cláusula da nação mais favorecida.
- ❹ A legislação brasileira prevê o *drawback*-suspensão, em que não se permite que os bens importados sejam absorvidos pelo produto nacional que vai ser exportado, hipótese em que há absorção do produto estrangeiro.
- ❺ Os entrepostos aduaneiro e industrial têm a mesma vantagem de suspender o pagamento do imposto pelo importador.

QUESTÃO 51

Fernando, que se apresentava como sócio-gerente da sociedade comercial Ribeiro e Fernando, irregular perante o fisco estadual, já que não estava inscrita no cadastro fiscal, realizou várias operações de compra e venda com a sociedade comercial Romeiro e Bastos, no período de novembro/1989 a março/1993 — até dezembro de 1990 vigorava a Lei n.º 4.729/1965 e, posteriormente, entrou em vigor a Lei n.º 8.137/1990, ambas definindo crimes contra a ordem tributária, a primeira prevendo penas mais brandas —, emitindo notas fiscais ideologicamente verdadeiras, mas materialmente falsas, deixando de recolher todo o ICMS decorrente de tais operações.

O contador da sociedade Romeiro e Bastos efetuou o lançamento das notas fiscais nos livros fiscais, utilizando o crédito de ICMS decorrente das transações, sendo que, em abril de 1992, tomou conhecimento da falsidade dos documentos, em virtude dos valores de ICMS apurados mensalmente. Entretanto continuou a efetuar o lançamento, já que seu patrão ameaçava demiti-lo. A situação prosseguiu até março de 1993, quando o fisco descobriu a irregularidade, autuando as empresas e, findo o procedimento administrativo, representou criminalmente ao Ministério Público que ofereceu denúncia.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens em seguida.

- ❶ Apesar de a sociedade Romeiro e Bastos ter lançado em sua escrita fiscal os valores referentes ao ICMS, respeitando o princípio constitucional da não-cumulatividade, Fernando responderá por crime contra a ordem tributária, sendo indispensável para caracterização do crime a existência de supressão ou redução de tributo.
- ❷ Os crimes contra a ordem tributária ocorridos antes da vigência da Lei n.º 8.137/1990 poderão ser considerados como continuidade delitiva, servindo para majoração da pena, levando-se em consideração a pena prevista pela nova lei.
- ❸ O contador e o gerente da sociedade comercial Romeiro e Bastos responderão por crime contra a ordem tributária a partir do conhecimento da inidoneidade das notas fiscais, já que foi a partir daí que tiveram conhecimento da inexistência de crédito a apropriar-se.
- ❹ A atuação jurisdicional nos crimes contra a ordem tributária só poderá ser provocada quando encerrada a instância administrativa.
- ❺ Após recebida a denúncia, caso Fernando dirija-se à repartição fiscal e parcele o crédito tributário, ingressando no programa de recuperação fiscal estadual, preenchendo todos os seus requisitos, o juiz deverá suspender o curso da ação penal até o final da quitação do parcelamento e, só então, julgar extinta a punibilidade.

QUESTÃO 52

Acerca dos crimes contra a administração pública e a ordem tributária, julgue os itens abaixo.

- ❶ De acordo com o Código Penal (CP), os crimes praticados por funcionários públicos contra a administração incluem extravio, a sonegação ou a inutilização de livro ou documento, no art. 314: “extraviar livro oficial ou qualquer documento de que tem a guarda em razão do cargo, sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente”. Entretanto, quando tal fato for praticado por funcionário público que tenha a guarda do documento em razão do cargo e exerça função fiscal, o crime cometido será o funcional contra a ordem tributária, ocorrendo pagamento inexato de tributo.
- ❷ A diferença entre o contrabando e o descaminho consiste no fato de que, no primeiro, a mercadoria é de importação ou exportação proibidas e, no segundo, o ingresso das mercadorias importadas é permitido, considerando o delito na fraude tendente a evitar o pagamento do tributo devido.
- ❸ Excepcionando a regra da participação estabelecida pelo art. 29 do CP, o legislador criou um tipo penal próprio para o funcionário público que facilita o contrabando, com infração ao dever funcional.
- ❹ O funcionário público que, negligentemente, permite que outro servidor se aproprie, em proveito próprio, de verbas públicas de que tenha posse em razão do cargo estará sujeito às penas previstas para o peculato culposo. Advindo a reparação do dano antes da sentença penal condenatória, estará extinta a punibilidade do funcionário dissidioso e do autor da apropriação em virtude do princípio da unidade delitual de que trata o art. 29 do CP.
- ❺ Se o sócio-gerente de empresa, inscrita como contribuinte do ICMS, deixar de atender a obrigação de fornecer nota fiscal de venda efetivamente realizada, requerida pelo consumidor, ele cometerá crime contra a ordem tributária, que, na hipótese considerada, tratando-se de crime formal, consuma-se com o simples ato de não efetivar o fornecimento de documento fiscal.

QUESTÃO 53

Foi inserido no CP capítulo que define, no âmbito dos crimes contra a administração pública, os crimes contra as finanças públicas que, segundo Damásio Evangelista de Jesus (**Direito Penal**, 4.º vol., parte especial, p. 371, 12.ª ed.), representa o tratamento criminal para o descumprimento das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — LRF —, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal. Acerca desse tema, julgue os seguintes itens.

- ❶ Constitui crime contra as finanças públicas ordenar operação de crédito externo com inobservância das condições estabelecidas por resolução do Senado Federal, exceto quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei.
- ❷ O funcionário público que promover a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia cometerá, em tese, o crime de oferta pública ou colocação de título no mercado.
- ❸ A LRF limitou a despesa total com pessoal ativo e inativo da União, conforme estabelece a Constituição da República, em 50% da receita corrente líquida, tornando nulo o ato que provoque aumento de despesas com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão, constituindo crime ordenar ato que acarrete aumento de despesa nos noventa dias anteriores ao final do mandato.
- ❹ A LRF define o que se pode entender por operações de crédito, em razão do que se pode afirmar que o crime de ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa é norma penal em branco que depende da existência da referida lei complementar para vigorar.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
A União prestou garantia em operação de crédito interna a um determinado estado da federação e, ao contrário de exigir contrapartida em valor igual ou superior ao da garantia concedida, estabeleceu a vinculação das receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes a si para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida. Nessa situação, caracteriza-se, em tese, o crime de prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contrapartida em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.

QUESTÃO 54

A Lei n.º 9.983/2000 inseriu no CP dispositivo que define crimes de sonegação de contribuição previdenciária, revogando, em parte, a Lei n.º 8.212/1991, com prazo de *vacatio legis* de noventa dias. Com base nesse dispositivo, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
No período de 23/7/2000 a 23/9/2000, o sócio-gerente de determinada empresa reduziu a contribuição previdenciária devida, omitindo, da folha de pagamento, um trabalhador avulso que lhe presta serviço.
Nessa situação, o sócio-gerente cometeu o crime de sonegação de contribuição previdenciária, podendo o juiz deixar de aplicar a pena, caso o agente seja primário e de bons antecedentes, e o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior ao mínimo estabelecido administrativamente pela previdência social para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
No período de 10/12/2000 a 4/5/2002, João reduziu as contribuições previdenciárias devidas, omitindo os lucros auferidos, tendo seu contador alertado-lhe que a conduta constituía crime de sonegação previdenciária punido com dois anos a cinco anos de reclusão. Em razão disso, João antes do início de qualquer ação fiscal, procurou o órgão próprio da previdência e, atendendo à forma regulamentar, espontaneamente, declarou e confessou os valores das contribuições devidas à previdência social.
Nessa situação, restou extinta a punibilidade por força das atitudes tomadas por João.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
O contador de uma empresa com mais de quinhentos empregados, diante da necessidade premente de ausentar-se do serviço para buscar os filhos menores na escola, deixou cair atrás de um armário oito fichas de diretores. Por isso não lançou, mensalmente, durante cinco anos, nos títulos próprios da empresa, as quantias descontadas daqueles segurados, reduzindo um total de R\$ 325.753,00 de contribuição social previdenciária.
Nessa situação, o contador praticou o crime de sonegação previdenciária.
- ❹ O crime de reduzir ou suprimir contribuição social previdenciária na modalidade de omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias tem como objetividade jurídica o patrimônio do Estado, particularmente, a seguridade social, permitindo ao juiz reduzir a pena de um terço, se o empregador, não sendo pessoa jurídica, tiver folha de pagamento mensal inferior a R\$ 1.500,00.
- ❺ A causa especial de diminuição de pena estabelecida para os crimes de sonegação de contribuição previdenciária é reajustada nas mesmas datas e nos mesmos índices dos reajustes dos benefícios da previdência social.

QUESTÃO 55

O presidente da República, a fim de desenvolver a região Nordeste, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei ordinária que concedia isenção de IPI para determinados setores produtivos, e aumentava as alíquotas do IR das pessoas físicas. O projeto foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo chefe do Executivo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- ❶ Essa norma é plenamente válida, constitucional, pois atende ao princípio da legalidade estrita.
- ❷ Qualquer norma, com conteúdo tributário, não seria constitucional por vício de iniciativa, caso o projeto de lei tivesse sido encaminhado por iniciativa popular com número suficiente de subscrições.
- ❸ Na situação acima, a norma sancionada é inconstitucional, pois não atendeu ao princípio da especificidade da lei tributária, dado que cuidou ao mesmo tempo da isenção de IPI e do aumento de alíquotas do IR de pessoa física.
- ❹ A norma sancionada é válida, constitucional, pois seu conteúdo abrange apenas matéria tributária, o que vai ao encontro da exclusividade da lei tributária para conceder qualquer benefício, entre eles a isenção.
- ❺ A lei a que se refere a situação descrita é inconstitucional no tocante à isenção concedida, dado que cuida de matéria tributária que somente poderia ser objeto de lei complementar.

QUESTÃO 56

Uma empresa que industrializa cerveja, estabelecida no estado de Goiás, vendeu para uma distribuidora, estabelecida no Distrito Federal (DF), mil caixas de cerveja.

Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- ❶ Existindo convênio anterior, calcado em leis que atribuem a terceiros a responsabilidade tributária pelo pagamento do ICMS entre o estado de Goiás e o DF, é constitucional, na visão do STF, a cobrança antecipada do tributo do ICMS no estado de Goiás e caberia à distribuidora no DF o seu recolhimento, no momento em que realizasse a operação mercantil de venda.
- ❷ O fenômeno da cobrança antecipada do ICMS pelo responsável tributário é conhecido como substituição tributária para trás.
- ❸ A substituição tributária, para frente ou para trás, conforme diversas decisões do STF, não tem amparo constitucional, visto que se trata de fato gerador presumido.
- ❹ A lei ordinária poderá atribuir responsabilidade a terceiros pelo pagamento de taxas e impostos, cujo fato gerador deva ocorrer *a posteriori*, conforme disciplinou a Constituição da República.
- ❺ A substituição tributária para frente, prevista constitucionalmente, garante a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

QUESTÃO 57

A secretaria de fazenda de um estado da federação baixou uma norma determinando aos seus auditores tributários que, nos casos em que se constate indícios de simulação fiscal, alegando caracterizar crime contra a ordem tributária, praticado por meio de fraude na operação mercantil, desconsiderem a forma jurídica original lastreadora da operação, para cobrar o tributo sobre o fato econômico subjacente.

Acerca dessa situação hipotética e do Código Tributário Nacional (CTN), julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O CTN, calcado nos princípios constitucionais, ao dispor que “a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária”, adotou, por fim, a interpretação econômica do direito tributário.
- ❷ Compete ao fisco julgar se houve ou não caso de sonegação fiscal na esfera administrativa, mediante procedimento regular, concedendo o direito de defesa ao contribuinte, garantido pela Constituição da República.
- ❸ A fraude fiscal verificada nem sempre será considerada como crime praticado contra a ordem tributária, o que dependerá de uma análise do fato, pelo órgão competente, sobre se houve a prática de algum tipo penal descrito como crime.
- ❹ O art. 116, parágrafo único, do CTN não tem aplicação imediata, de acordo com o majoritário entendimento da doutrina.
- ❺ O art. 116, parágrafo único, do CTN ficou conhecido na doutrina como Cláusula Geral Antielisiva, pois possui conceito jurídico indeterminado que procura combater a chamada elisão ilícita, que nada mais é do que a própria simulação fiscal.

QUESTÃO 58

Projeto de lei prevê cota de emprego para trabalhadores idosos

Os trabalhadores idosos poderão ter um percentual mínimo obrigatório nos quadros funcionais das empresas privadas, caso seja aprovado o projeto de lei do deputado X. Segundo o parlamentar, com esse projeto as empresas privadas com mais de cinquenta empregados em seus quadros funcionais deverão preencher, no mínimo, 5% desse total com trabalhadores com idade superior a 45 anos. A fiscalização ficará a cargo das entidades de classe.

Jornal da Câmara, 11/1/2002 (com adaptações).

Acerca do projeto de lei mencionado no texto acima e do direito civil brasileiro vigente, julgue os seguintes itens.

- ❶ O projeto está em harmonia com o Código Civil brasileiro, que atribui aos senis, aos cegos e aos analfabetos a condição de relativamente incapazes para o exercício de direitos subjetivos, devendo essas pessoas receber uma atenção especial do Estado.
- ❷ As disposições do projeto estão em consonância com os artigos do Código Civil que conferem aos senis capacidade para serem titulares de direitos e obrigações; aliás, essa capacidade é atribuída também aos surdos-mudos, aos toxicômanos e aos loucos de todo gênero, entre outros.
- ❸ As entidades de classe de que trata o projeto têm natureza de associações civis, sendo, portanto, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que adquirem personalidade jurídica com o assento de seus atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas.
- ❹ A menção feita a empresas privadas abrange as empresas públicas exploradoras de atividade econômica constituídas na forma do direito privado, mas exclui do campo de incidência da norma as empresas públicas prestadoras de serviço público, uma vez que a Constituição da República de 1988 atribuiu a essas últimas personalidade jurídica de direito público.
- ❺ Os empregados idosos, contratados na forma estabelecida no projeto, caso este seja convertido em lei, terão por domicílio voluntário o local onde exercerem efetivamente as suas funções, podendo ainda eleger domicílios especiais para o exercício das obrigações decorrentes de determinado contrato que celebrarem.

QUESTÃO 59

Tal orientação importou, desde logo, uma tomada de posição que se reflete no corpo todo do projeto, quanto à delicada e não despendida necessidade de distinguir-se entre validade e eficácia dos atos jurídicos em geral e dos negócios jurídicos em particular. Na terminologia do anteprojeto, por validade se entende o complexo de requisitos ou valores formais que determina a vigência de um ato, por representar o seu elemento constitutivo, dada a sua conformação com a norma jurídica em vigor, seja ela imperativa ou dispositiva. Já a eficácia dos atos refere-se à produção dos efeitos, que podem existir ou não, sem prejuízo da validade, sendo certo que a incapacidade de produzir efeitos pode ser coeva da ocorrência do ato ou da estipulação do negócio, ou sobrevir em virtude de fatos e valores emergentes.

Miguel Reale. Exposição de motivos da comissão revisora e elaboradora do código civil, 16/1/1975 (com adaptações).

Considerando o texto acima, bem como o direito civil vigente, julgue os itens a seguir.

- ❶ Anulado ou declarado nulo o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes se achavam e, não sendo possível restitui-las, serão indenizadas com o equivalente, significando dizer que mesmo o negócio nulo ou anulável pode produzir efeitos jurídicos.
- ❷ A realização de negócio jurídico mediante coação caracterizada pela ameaça do exercício irregular ou anormal de um direito, segundo expressiva parcela da doutrina, configura abuso de direito suficiente para tornar anulável o negócio.
- ❸ Pelo princípio da irretroatividade da condição resolutiva, realizada esta condição, desfazem-se os efeitos do negócio jurídico, com eficácia *ex nunc*, a partir do implemento da condição, garantindo-se todos os efeitos já produzidos entre as partes e respeitando-se os direitos de terceiros de boa-fé.
- ❹ O negócio jurídico, mesmo válido, pode não produzir eficácia jurídica, sendo que essa ineficácia pode ser total, como ocorre nos negócios jurídicos sujeitos à condição suspensiva não-implementada, ou pode ser apenas com relação a terceiros, como acontece nos negócios jurídicos praticados por meio de instrumento particular não-levado a registro público.
- ❺ O dolo que acarreta a anulabilidade dos negócios jurídicos pode ser negativo ou provir da parte ou de terceiro, mas há de ser essencial, atingindo a declaração de vontade na sua substância, ou seja, se a parte prejudicada soubesse do dolo, o negócio não se teria realizado.

QUESTÃO 60

Considerando os fundamentos do direito civil brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No direito brasileiro, os contratos de alienação de bens imóveis devem observar, sob pena de nulidade absoluta, a forma de escritura pública, salvo disposição legal em contrário; além disso, a transferência de domínio dos bens imóveis ocorre com a transcrição do título aquisitivo da propriedade no registro de imóveis.
- ❷ No direito brasileiro, os veículos automotores são considerados bens móveis *sui generis*; assim, diferentemente de outros bens móveis cuja transmissão do domínio se dá pela simples tradição, no caso dos veículos automotores a transmissão da propriedade ocorre somente no momento do registro da alienação no departamento de trânsito, que deixa de ter caráter meramente administrativo, passando a interferir no negócio jurídico.
- ❸ O dinheiro é considerado um bem principal, móvel, fungível e indivisível, porém juridicamente não-consumível.
- ❹ O único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente ou o imóvel de menor preço entre os que possuem, bem como os móveis que garantem a residência, são considerados bens voluntários de família, de modo que, se inscritos como tais no registro de imóveis competente, não poderão ser penhorados em nenhum processo de execução por dívidas, salvo as de natureza civil, fiscal, previdenciária ou trabalhista provindas da utilização do próprio imóvel e as decorrentes de fiança concedida em contrato de locação.
- ❺ Os bens públicos de uso comum do povo e os bens públicos de uso especial são, em princípio, inalienáveis; todavia, até mesmo alguns bens classificados como de uso comum do povo podem ser alienados, após perderem essa qualificação, observadas as exigências legais em todo o processo.

QUESTÃO 61

Julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Na sistemática do Código Civil brasileiro, omissão e negligência são conceitos distintos, sendo que a omissão que acarreta a responsabilidade civil é a omissão voluntária, ou seja, decorrente da culpa do agente, uma vez que se trata de responsabilidade subjetiva.
- ❷ O direito à sucessão aberta constitui uma universalidade de direito, também denominada espólio, que compreende os bens, os direitos e as obrigações do *de cujus*, sendo considerada uma quase-pessoa jurídica, de modo que pode ser sujeito de direitos e obrigações na ordem jurídica, representada nas relações jurídicas pelo inventariante.
- ❸ O caso fortuito e o caso de força maior inserem-se na categoria dos fatos jurídicos *stricto sensu* e possuem como característica fundamental a irresistibilidade, porquanto seus efeitos não podem ser evitados. No direito civil brasileiro, a indenização pelos danos materiais e morais deles resultantes decorre da teoria da responsabilidade objetiva, hipótese em que não se admite a alegação de caso fortuito ou de força maior para a exclusão da responsabilidade.
- ❹ De acordo com o Código Civil brasileiro, nos contratos celebrados com cláusula de não valerem sem instrumento público, este é da substância do ato, significando dizer que a ausência do referido instrumento, nesse caso, é motivo de nulidade absoluta do contrato.
- ❺ No sistema do direito de família atual, o exercício do pátrio poder compete a ambos os pais, em igualdade de condições; há, todavia uma presunção de concordância, significando dizer que, no caso de ato praticado por um dos pais, presume-se que o outro esteja tacitamente de acordo. Assim, para que o filho ou filha menor de 21 anos de idade possa contrair matrimônio, basta o consentimento prévio de um dos pais, presumindo-se a anuência do outro.

QUESTÃO 62

A fonte imediata do direito é a lei. Esta, porém, por mais que se alarguem as suas generalizações, por mais que espiritualize, jamais poderá compreender a infinita variedade dos fenômenos sociais que emergem da elaboração constante da vida e vêm pedir garantias ao direito. Dessa insuficiência da lei para dar expressão jurídica a todas as necessidades sociais, que a reclamam para traduzir o matiz da vida organizada em sociedade, resulta, em primeiro lugar, que é forçoso manter a seu lado as fontes subsidiárias do direito aplicáveis quando ela for omissa, e, em segundo lugar, que é indispensável aplicar à lei os processos lógicos da analogia e da interpretação, para que os seus dispositivos adquiram a necessária extensão e flexibilidade.

Clovis Bevilacqua (com adaptações).

Considerando o texto acima e com relação às fontes do direito comercial, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em matéria de direito comercial, afasta-se por inteiro a legislação civil.
- ❷ A lei de natureza civil também é fonte de direito comercial, porém é considerada secundária.
- ❸ Em conformidade com o Regulamento n.º 737, a lei civil deve sempre prevalecer sobre os costumes comerciais.
- ❹ Os costumes, por força do Código Comercial, integram a lei comercial.
- ❺ A prova de existência de costume comercial pode ser produzida por certidão expedida por juntas comerciais.

QUESTÃO 63

Os direitos do comerciante devidamente registrado incluem

- ❶ o direito de optar, no caso de insolvência, entre a falência ou o concurso civil de credores.
- ❷ o requerimento da falência de outros, com base na sua própria escrituração, independentemente de manter regular a escrituração.
- ❸ o requerimento de concordata preventiva.
- ❹ o requerimento de sua própria falência, independentemente de manter escrituração comercial.
- ❺ o requerimento da falência de outros, com base na escrituração destes últimos, independentemente de manter regular a sua própria escrituração.

QUESTÃO 64

Julgue os itens abaixo, relativos ao controle judicial da administração pública.

- ❶ O controle administrativo endógeno pode ser provocado por recurso administrativo, bem como mediante o pedido de reconsideração.
- ❷ O Tribunal de Contas tem poderes de investigação diversos daqueles exercidos pela autoridade judicial, uma vez que suas decisões, que não devem ser reconhecidas como provimentos jurisdicionais, devem, em alguns casos, ser enviadas para o Ministério Público.
- ❸ O Tribunal de Contas é órgão diretamente vinculado ao Poder Legislativo, tendo atribuição de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- ❹ Julga-se que as contas são regulares, mas com ressalvas, quando demonstram impropriedade ou qualquer vício de formalidade, não necessariamente ligado a dano ao erário público.
- ❺ Nos atos administrativos discricionários, não há incidência de controle exógeno jurisdicional, porque, neste caso, o administrador público tem liberdade de gestão.

QUESTÃO 65

Julgue os itens seguintes, relativos aos fundamentos de direito administrativo e à improbidade administrativa.

- ❶ A improbidade administrativa se configura por conduta omissiva ou comissiva praticada por qualquer agente público quando age sem observação dos princípios constitucionais da administração pública, especialmente para favorecimento de terceiros.
- ❷ É ato de improbidade administrativa todo enriquecimento ilícito de agente público que importe dano ao erário público e atente contra princípio da eficiência.
- ❸ Com relação à improbidade administrativa, em algumas hipóteses, os efeitos e sanções podem ser perpétuos e ensejar, excepcionalmente, a restrição de direitos fundamentais em nome do interesse público.
- ❹ Os atos que atentam contra a administração pública, bem como o enriquecimento ilícito, podem ser originários tanto de condutas dolosas quanto culposas do agente público.
- ❺ O enriquecimento ilícito só se configura com prática de ato ilegal e comprovação de lesão ao erário público, devendo tal ato ter sido praticado em virtude do enriquecimento.

QUESTÃO 66

A concessão de serviço público, pela sua própria natureza e especialmente pela sua forma de remuneração, não se presta a todo tipo de serviço público; ela só se presta àqueles que sejam passíveis de exploração comercial. Os serviços públicos de saúde, de educação, aquilo que é chamado de serviços sociais do Estado, não se prestam à concessão de serviço público. Justamente por serem gratuitos, o Estado é que tem de manter inteiramente a execução desses serviços. Não haveria como fazer a concessão, nem como o concessionário assegurar a sua remuneração pela exploração comercial do serviço; quer dizer, não é um tipo passível de exploração comercial.

Maria Sylvia Zanella di Pietro. Parcerias na administração pública, 8.ª ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 35 (com adaptações).

A partir do texto acima de Maria Sylvia Zanella di Pietro, e considerando a concessão na administração pública, julgue os itens a seguir.

- ❶ A autora preleciona que a concessão de serviço público social se constrói sobre duas formas: de um lado como serviço público, sob interesse geral, e de outro, como empresa capitalista que visa o lucro.
- ❷ A autora defende que educação e saúde não devem ser objeto de concessão pelo Estado.
- ❸ Extrai-se do texto que, de acordo com o direito brasileiro, somente a administração indireta poderá manter os serviços de educação e saúde.
- ❹ De acordo com o texto, no direito brasileiro, não há como as concessionárias terem lucro, pois os serviços de saúde e educação são gratuitos.
- ❺ O Estado brasileiro poderá autorizar mas não conceder os serviços de saúde, segundo o direito brasileiro.

QUESTÃO 67

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos princípios da administração pública.

- ❶ O princípio da publicidade impõe a transparência na atividade administrativa e recomenda divulgar, em veículos de mídia, os dados pessoais do agente público para informar melhor ao administrado quem é o responsável pelo ato administrativo.
- ❷ O princípio da moralidade administrativa pode ser considerado, a um só tempo, dever do administrador e direito público subjetivo do cidadão, havendo inclusive ação judicial para sua defesa.
- ❸ O princípio do controle dos atos administrativos, pela via jurisdicional, permite a anulabilidade desses atos.
- ❹ A Constituição da República de 1988, ao vedar expressamente o início de programas ou projetos sem previsão orçamentária, tem em vista o cumprimento do princípio da eficiência.
- ❺ O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular reforça as práticas autoritárias do Estado de Direito.

QUESTÃO 68

Com relação à responsabilidade do Estado, julgue os itens abaixo.

- ❶ A responsabilidade civil da administração pública decorrente de atos de seus agentes que, no exercício funcional, causem danos a terceiros refere-se à teoria objetiva do risco administrativo.
- ❷ O direito brasileiro abrange a responsabilidade subjetiva do agente causador do dano na relação entre o Estado e o agente público.
- ❸ No exercício do poder de polícia, em vista da supremacia do interesse público sobre o direito de propriedade, não se aplica a responsabilidade extracontratual da administração pública.
- ❹ O empreiteiro particular de obra pública, habilitado e vencedor no processo licitatório, não responde por danos causados a terceiros durante a execução da obra, pois está apenas executando ato administrativo.
- ❺ A responsabilidade subsidiária do Estado abrange as pessoas de direito privado que desempenham cometimentos estatais sob concessão ou delegação.

QUESTÃO 69

O sistema tributário, que engloba os mecanismos de financiamento das atividades do Estado, é um componente fundamental do sistema econômico. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- ❶ Para minimizar os efeitos distorcivos da tributação e reduzir o gravame excessivo, na maioria dos países, as discussões recentes sobre reforma tributária recomendam a ampliação das bases impositivas e o aumento das alíquotas tributárias.
- ❷ Mesmo em situações em que o equilíbrio competitivo é eficiente no sentido de Pareto, considerações distributivas podem justificar a intervenção do governo na economia.
- ❸ Impostos cumulativos, como a contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS), não atendem ao critério de neutralidade porque incentivam a integração vertical das empresas.
- ❹ O cálculo do imposto sobre o valor adicionado pelo método do produto (IVA-PNB) não isenta os bens de capital no momento da aquisição, porém permite deduções referentes à depreciação dos equipamentos.
- ❺ Após 1994, no Brasil, o aumento das importações beneficiou estados e municípios porque essas esferas de governo recebiam parcela significativa das receitas das tarifas de importação, a título de transferências constitucionais.

QUESTÃO 70

As políticas fiscais e monetárias constituem importantes instrumentos da ação do governo para a estabilização econômica. Acerca desse assunto, julgue os seguintes itens.

- ❶ Quando a elasticidade da demanda de moeda, em relação à taxa de juros, é elevada, no curto prazo, políticas de subsídios aos investimentos resultam em níveis mais elevados de renda real.
- ❷ Ocorre acomodação da política monetária quando, em resposta a uma expansão fiscal, a oferta monetária eleva-se no intuito de impedir aumentos da taxa de juros.
- ❸ Se, para combater uma recessão, o governo expandir os gastos e reduzir os impostos, porém adotar uma política monetária expansionista, o déficit fiscal pode resultar em significativa redução do investimento privado e, portanto, em modesto crescimento do produto e da renda.
- ❹ Estabilizadores automáticos, tais como o imposto de renda progressivo e o seguro-desemprego, podem ser vistos como exemplos de políticas fiscais que não apresentam defasagens internas.
- ❺ Economistas que se proclamam não-intervencionistas vêem a ação do governo como uma fonte de instabilidade para a economia e advogam o uso de políticas fiscais e monetárias discricionárias.

QUESTÃO 71

Em relação ao déficit do governo e à dívida pública, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ No Brasil, durante a década passada, os elevados déficits dos governos subnacionais concorreram para o aumento substancial da dívida pública de estados e municípios.
- ❷ O déficit de pleno emprego corresponde àquele que ocorreria se a economia estivesse utilizando plenamente seus recursos e, portanto, exclui a existência de déficit cíclico.
- ❸ Quando o governo vende títulos ao setor privado, para financiar déficits orçamentários, então ocorre um processo de monetização da dívida pública.
- ❹ Políticas de orçamento equilibrado excluem a possibilidade de existência de déficits ou superávits fiscais e são, pois, incompatíveis com a gestão dos ciclos econômicos.
- ❺ Em ambientes de alta inflação, o fator relevante na evolução da dinâmica da dívida pública é o tamanho relativo do resultado operacional e não o déficit nominal.

QUESTÃO 72

A análise dos déficits orçamentários, da dívida pública e dos efeitos do crescimento monetário sobre a inflação e as taxas de juros é crucial para a compreensão dos fenômenos macroeconômicos. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- ❶ De acordo com a curva de Laffer, uma reforma tributária que reduza as alíquotas do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas pode implicar aumentos da arrecadação.
- ❷ Quando a produção real é constante, a receita fiscal coletada por meio do imposto inflacionário corresponde ao produto da taxa de inflação e da base monetária real.
- ❸ De acordo com a visão monetarista, no longo prazo, como a taxa de juros real não é afetada por distúrbios monetários, os aumentos na taxa de inflação são totalmente repassados para a taxa de juros nominal.
- ❹ Para uma dada taxa de inflação e de senhoriagem, o superávit primário em proporção do PIB, exigido para a estabilização da relação dívida/PIB, será tanto maior quanto mais altas forem as taxas de crescimento da economia.
- ❺ A indexação das receitas fiscais, como é o caso do Brasil, constitui um exemplo típico do efeito Olivera-Tanzi, que trata do impacto da inflação sobre o valor real da arrecadação.

QUESTÃO 73

Com relação à moeda, aos déficits e à inflação, julgue os itens abaixo.

- ❶ Quando a taxa de juros real excede a taxa de crescimento da produção, então, a venda de títulos do governo, para financiar os juros de sua dívida, no longo prazo, poderá aumentar indefinidamente a razão dívida/PIB, comprometendo, assim, a solvabilidade do país.
- ❷ Se os déficits fiscais transitórios provocados por cortes temporários nos impostos, como é o caso da recente redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) no setor automobilístico, forem financiados por meio de dívida pública, então a expansão da demanda agregada daí decorrente acarretará aumentos permanentes no nível de preços.
- ❸ A expansão do déficit orçamentário do governo americano, decorrente, por exemplo, dos gastos com a guerra contra o terror, reduz a poupança doméstica, aumenta a taxa de juros real, deprecia o dólar norte-americano conduzindo, assim, à redução das exportações líquidas.
- ❹ Se um país sul-americano financiar uma guerra contra o narcoterrorismo por meio de emissão monetária, isso conduzirá à expansão da dívida pública e elevará, também, o déficit primário do governo desse país, em virtude do aumento das despesas com pagamentos de juros.
- ❺ A hipótese da equivalência ricardiana afirma que a expansão do déficit público, decorrente de uma redução das alíquotas do imposto de renda, sem que haja corte nos gastos públicos, contribui para expandir o consumo e a produção.

QUESTÃO 74

O debate macroeconômico contemporâneo é importante ao entendimento das diferentes posições que prevalecem entre os economistas. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ No tocante ao combate à inflação, em razão da existência de inconsistências temporais, o uso de políticas monetárias discricionárias pode conduzir a resultados subótimos.
- ❷ De acordo com a crítica de Lucas, os métodos de avaliação das políticas econômicas não levam em conta, de maneira apropriada, o impacto das mudanças nas políticas sobre as expectativas dos agentes econômicos.
- ❸ Anistias fiscais periódicas, que incluem a concessão de facilidades para o pagamento de impostos atrasados, constituem exemplos de inconsistência temporal de políticas econômicas discricionárias e podem estimular o crescimento da evasão fiscal.
- ❹ Entre os argumentos que levam alguns economistas a rejeitarem a adoção da regra do orçamento equilibrado, pode-se citar a questão do nivelamento tributário, que implica modificações substanciais nas alíquotas tributárias para levar em conta as diferentes fases do ciclo econômico.
- ❺ Os adeptos da teoria das expectativas racionais tendem a recomendar que o governo utilize políticas econômicas ativas com o intuito de estabilizar a atividade econômica.

QUESTÃO 75

balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2001

ativo	R\$ mil	passivo	R\$ mil
ativo circulante	526.300	passivo circulante	285.000
disponível	85.000	contas a pagar	125.000
contas a receber	325.000	financiamentos	70.000
estoque	95.800	tributos	50.000
créditos tributários	12.000	dividendos	25.000
despesas período seguinte	8.500	outros passivos	15.000
ativo permanente	440.500	patrimônio líquido	681.800
investimento	10.500	capital	450.000
imobilizado	415.000	reservas de capital	85.000
diferido	15.000	reservas de lucro	12.500
		lucros acumulados	134.300
total ativo	966.800	total passivo	966.800

demonstração de resultado – 1.º trimestre/2002 (em R\$ mil)

vendas	700.000
impostos	(140.000)
vendas líquidas	560.000
custo das mercadorias vendidas	(320.000)
lucro bruto	240.000
despesas gerais e administrativas	(75.800)
despesas comerciais	(98.000)
resultado equivalência patrimonial	700
depreciação	(15.000)
despesas financeiras	(4.500)
receitas financeiras	4.000
lucro antes IR/CSL	51.400
IR/CSL	(17.238)
lucro líquido	34.162

Com relação a aspectos diversos de contabilidade e às demonstrações contábeis apresentadas acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso o resultado de equivalência patrimonial fosse elevado para R\$ 900.000,00 a parte A do livro de apuração do lucro real (LALUR) receberia reflexo disso.
- 2 Caso a empresa tivesse liquidado a dívida de financiamento de R\$ 70.000.000,00 15 dias antes do encerramento do exercício social, o seu resultado não teria sofrido alteração, mesmo considerando diferentes taxas para remunerar ativos financeiros e reconhecimento de encargos do passivo.
- 3 O estoque, caso fosse reduzido de R\$ 95.800.000,00 para R\$ 50.000.000,00, por problema de avaliação e inventário, implicaria redução do lucro do período e do patrimônio líquido.
- 4 Pelos princípios de contabilidade, as despesas comerciais só devem ser apropriadas quando pagas.
- 5 Considerando uma empresa com o ciclo operacional normal, as despesas do período seguinte constantes do ativo circulante devem ser apropriadas para despesa no prazo máximo de um ano.

QUESTÃO 76

Acerca de contabilidade de companhia aberta, julgue os itens abaixo.

- 1 Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não-superior a dez anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes, devendo ser registrada a perda do capital aplicado, quando abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.
- 2 O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado no patrimônio líquido, como reserva de reavaliação, somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.
- 3 Os prejuízos acumulados, mesmo consumindo todas as reservas de lucros, não podem ser absorvidos por reservas de capital.
- 4 A depreciação dos diversos itens do ativo imobilizado deve ser apropriada ao resultado no prazo máximo de vinte anos.
- 5 No custo das mercadorias vendidas, devem estar compreendidos os custos de fretes, seguros e todos os demais custos necessários à aquisição e ao recebimento das mercadorias, inclusive o ICMS registrado no livro de entradas, para compensar com o de saída das mercadorias.

QUESTÃO 77

No que se refere a critérios de avaliação de estoques e contabilidade industrial, julgue os itens seguintes.

- 1 A depreciação das máquinas industriais, calculada pelo método linear, e os custos de supervisão devem ser reconhecidos como custos diretos dos produtos.
- 2 Uma indústria de refino de petróleo que produza gasolina, óleo diesel e óleo combustível deve ter, preferencialmente, um controle de custos com base em um sistema de custeio por ordens.
- 3 A elevação do volume produzido, por meio do aproveitamento otimizado da capacidade instalada, reduz o custo fixo unitário do produto.
- 4 O sistema de custeio por absorção é o único aceito pelos princípios fundamentais de contabilidade para a avaliação dos produtos em processo e acabados em estoque, porque atribui aos produtos os custos diretos e indiretos, mas não considera as despesas gerais, administrativas e comerciais.
- 5 Quando o preço de mercado de determinada matéria-prima estocada estiver abaixo do custo de aquisição registrado na contabilidade, e a diferença for relevante, a empresa deverá efetuar uma provisão para perda provável em estoques, reconhecendo seus efeitos no resultado, a qual produzirá, como reflexo, redução do patrimônio líquido.

QUESTÃO 78

Com referência às demonstrações contábeis e aos critérios de avaliação de ativos e passivos, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, serão evidenciadas todas as movimentações havidas nas reservas de capital durante o período a que ela se refere.
- 2 Para medir a relevância do investimento, o seu valor contábil em coligada e controlada deve abranger o custo de aquisição mais a equivalência patrimonial e o ágio não-amortizado, deduzido do deságio não-amortizado e da provisão para perdas.
- 3 No balanço, os direitos e títulos de crédito e quaisquer valores mobiliários não-classificados como investimentos serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for maior.
- 4 Deverá deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial o investimento em sociedades coligadas e controladas com efetivas e claras evidências de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam operando sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.
- 5 A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando, entre as origens dos recursos, o lucro do exercício, deduzido da despesa de depreciação, amortização ou exaustão e da variação nos resultados de exercícios futuros.

QUESTÃO 79

Acerca de contabilidade de companhia aberta e reservas, julgue os itens a seguir.

- 1 O saldo das reservas de lucros, exceto aquelas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a assembléia deliberará acerca da aplicação do excesso na distribuição a credores.
- 2 A assembléia geral de uma tal companhia poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de provisão para contingência, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
- 3 A companhia aberta poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder em 20% o capital social.
- 4 O registro de uma despesa de contingências trabalhistas, em função de ser provável a perda da disputa na justiça, gera uma despesa não-dedutível, para fins de imposto de renda da pessoa jurídica, até o pagamento, e leva a um controle na parte B do LALUR.
- 5 Para a determinação do valor da equivalência patrimonial, a investidora deverá excluir o montante correspondente às participações recíprocas.

QUESTÃO 80

A respeito de dividendos, registros contábeis e livros contábeis, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Os livros diário e razão são obrigatórios para empresas que paguem imposto de renda com base no lucro real e se utilizem do LALUR.
- 2 Uma companhia aberta com um lucro líquido de R\$ 500.000,00, que tenha registrado um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$ 400.000,00 no mesmo período, poderá diferir uma parcela do dividendo com a constituição da reserva de lucros a realizar, considerando uma reserva legal de 5% do lucro líquido, a não-existência de reserva de contingências e um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei das S.A.
- 3 O lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte poderá ser fundamento para constituição da reserva de lucros a realizar.
- 4 A compra de mercadorias com parte de pagamento à vista e parte a prazo levará a um crédito na conta de estoques, a outro crédito no disponível e a um débito na conta de fornecedores, no passivo.
- 5 A operação de desconto de um recebível de R\$ 1.000,00, mediante o recebimento de R\$ 900,00 da instituição financeira no ato da operação, para liquidação no prazo de três meses, leva a um registro de débito no disponível de R\$ 900,00, crédito no passivo de empréstimo ou conta retificadora do ativo recebível de R\$ 1.000,00 e débito em despesa financeira do mês da operação de R\$ 100,00, em respeito aos princípios de contabilidade e à aplicação do sistema de competência mensal.

RASCUNHO

